Regulamenta as Gratificações de Produtividade Fiscal pela Fiscalização de Atividades Econômicas e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e em face do disposto no art. 5º da Lei nº 1.563, de 05 de março de 1990, e tendo em vista o que consta do processo nº 04/409/90,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor unitário do ponto de Gratificação de Produtividade Fiscal, instituída pelo Decreto-lei nº 430, de 07 de julho de 1970, mantido por força do Decreto-lei nº 240, de 21 de julho de 1975, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, e regulada pela legislação complementar pertinente, bem como o da Gratificação de Produtividade Fiscal pela Fiscalização de Atividades Econômicas, instituída pelo art. 2º da Lei nº 1.563, de 05 de março de 1990, fica estabelecido, a partir de fevereiro do corrente ano, em 20% (vinte por cento) da UNIF - Unidade de Valor Fiscal do Município do Rio de Janeiro vigente no primeiro dia do mês.

§ 1º A partir de março de 1990, inclusive, o percentual da UNIF fixado neste artigo será acrescido de 1% (hum ponto percentual) a cada incremento real de 3% (três por cento) que ocorrer no produto da arrecadação tributária municipal, tomando-se como base, para efeito de comparação, a arrecadação verificada em fevereiro de 1990, até alcançar o limite de 30% (trinta por cento) da UNIF - Unidade de Valor Fiscal do Município do Rio de Janeiro.

§ 2º Na apuração da arrecadação tributária municipal, a receita relativa aos tributos imobiliários (IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, TCLLP - Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública e TIP - Taxa de Iluminação Pública) resultante de pagamento de cota única ou de dez cotas simultâneas, será deferida pelo exercício financeiro, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor apurado, segundo Resolução a ser baixada pelo Secretário Municipal de Fazenda no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Para efeito do disposto nos parágrafos anteriores, a arrecadação tributária neles referida será quantificada em UNIFs, considerando-se, para esse fim, a UNIF em vigor no primeiro dia do mês em que ocorrer o recolhimento dos tributos que a compõem.

§ 4º Uma vez obtido o acréscimo previsto no § 1º, este será incorporado ao percentual da UNIF estabelecido no "caput" deste artigo, passando a integrá-lo definitivamente, para efeito de apuração do valor unitário do ponto a vigorar nos meses subsequentes.

§ 5º O acréscimo de que trata o § 1º será creditado aos destinatários das gratificações a que se refere este Decreto pelo valor da UNIF em vigor no primeiro dia do mês em que se efetuar o pagamento.

Art. 2º A Gratificação de Produtividade Fiscal e a Gratificação de Produtividade Fiscal pela Fiscalização de Atividades Econômicas terão como limites individuais o correspondente a 720 (setecentos e vinte) pontos e 400 (quatrocentos) pontos, respectivamente, que serão atribuídos aos Fiscais de Rendas e aos Fiscais de Atividades Econômicas, quando, no exercício de suas funções específicas, contribuírem para maior eficácia ou incremento das atividades inerentes à administração fazendária municipal.

§ 1º No prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste Decreto, o Secretário Municipal de Fazenda baixará resoluções disciplinando a forma de aferição dos pontos relativos às gratificações de que trata este artigo, que levarão sempre em conta a qualificação e a quantificação dos trabalhos realizados pelos Fiscais de Rendas e pelos Fiscais de Atividades Econômicas, no

exercício de suas atribuições específicas.

§ 2º Enquanto não forem publicados os atos previstos no parágrafo anterior, a aferição de pontos relativos à Gratificação de Produtividade Fiscal e à Gratificação de Produtividade Fiscal pela Fiscalização de Atividades Econômicas será efetuada com base nas Tabelas aprovadas pelo Decreto nº 280, de 27 de janeiro de 1976, e pela Resolução SMF nº 651, de 29 de abril de 1988, respectivamente.

Art. 3º O valor unitário do ponto apurado na forma deste Decreto será aplicado integralmente no números de pontos dos servidores aposentados nos cargos de Fiscal de Rendas e de Fiscal de Posturas, para efeito de cálculo do valor da gratificação por eles percebida.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1990 - 426 de Fundação da Cidade

MARCELLO ALENCAR, Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha

D.O.RIO 29.03.1990